

Empenho pragmático e partilha dos frutos do desenvolvimento

Em 2017, com as vantagens do regime «um país, dois sistemas», o Governo da RAEM superou dificuldades, conseguiu promover a recuperação gradual da economia, aperfeiçoar continuamente a institucionalização dos regimes, melhorar constantemente a vida dos residentes, manter a estabilidade financeira e manter, em geral, um desenvolvimento social estável.

Estamos confiantes e encorajados para trabalhar proactivamente, no próximo ano, no aproveitamento das oportunidades que nos são oferecidas por uma nova era, contribuindo assim para a materialização do sonho chinês de revitalização da nação chinesa, em prol da prosperidade e da estabilidade duradouras de Macau.



a APP do Gabinete do Chefe do Executivo



Todos os cidadãos de Macau

Conta Individual de Previdência

Verba de activação única: 10.000 patacas (residente qualificado)
Verba adicional: 7.000 patacas (residente qualificado)

Plano de Comparticipação Pecuniária

9.000 patacas (residente permanente)
5.400 patacas (residente não permanente)

Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde (prolongamento do prazo de utilização)

600 patacas/pessoa (residente permanente)

Subsídio de Nascimento

5.000 patacas ↑ (ambos os progenitores podem candidatar-se)

Terceira fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo

Até ao limite máximo de 6.000 patacas/pessoa

Subvenção do pagamento de tarifas de energia eléctrica para unidades habitacionais

200 patacas/mês (cada unidade habitacional)

Subvenção do pagamento das tarifas de água

Dar continuidade

Atribuição do benefício de tarifas de autocarro, destinado aos idosos, estudantes, cidadãos portadores de deficiência e a toda a população

Dar continuidade

Contribuição Predial Urbana

Isenção até 3.500 patacas (residente de Macau)

Isenção do pagamento do Imposto do Selo sobre a transmissão de imóveis

Até 3 milhões de patacas, apenas para unidades habitacionais (residente permanente que não seja proprietário de imóveis)



Idosos

Subsídio para idosos

9.000 patacas/ano ↑

Pensão para idosos

3.450 patacas/mês

Lembrete para os idosos

Subsídio para idosos 9.000 patacas ↑
Pensão para idosos 3.450 patacas x 13 meses
Plano de Comparticipação Pecuniária 9.000 patacas
Verba adicional injectada na conta individual de previdência 7.000 patacas

Cada idoso poderá receber 69.850 patacas ↑
(cerca de 5.820 patacas por mês)
Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde 600 patacas



Estudantes

Ensino não superior: Subsídio para aquisição de manuais escolares

3.300 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino secundário) ↑
2.800 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino primário) ↑
2.200 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino infantil) ↑

Estudantes provenientes de famílias com dificuldades económicas

Subsídio para pagamento de propinas:
9.000 patacas/ano lectivo (ensino secundário complementar)
6.000 patacas/ano lectivo (ensino secundário geral)
4.000 patacas/ano lectivo (ensinos infantil e primário)

Subsídio de alimentação: 3.600 patacas/ano lectivo ↑

Subsídio para aquisição de material escolar:
3.100 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino secundário) ↑
2.400 patacas/ano lectivo (estudantes dos ensinos infantil e primário) ↑

Ensino superior: subsídio para aquisição de material escolar

3.000 patacas (residente de Macau)

Subsídio de propinas para estudantes de Macau que frequentem o ensino em Guangdong

6.000 patacas (ensino secundário complementar) ↑
6.000 patacas (ensino secundário geral) ↑
6.000 patacas (ensino primário) ↑
8.000 patacas (ensino infantil) ↑



Famílias em situação vulnerável

Índice mínimo de subsistência

4.050 patacas/agregado familiar composto por uma pessoa

Apoio financeiro

Atribuição às famílias beneficiárias do subsídio do apoio financeiro de uma prestação adicional única, de valor correspondente ao montante total do subsídio

Apoio especial para a manutenção de vida aos três tipos de famílias em situação vulnerável

Dar continuidade

Subsídio especial atribuído através do Programa de inclusão e harmonia na comunidade

Dar continuidade

Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo

Dar continuidade

Famílias arrendatárias de habitações sociais

Implementação da isenção da renda

Plano provisório de atribuição de abono de residência destinado aos agregados familiares que se encontrem na lista de espera de habitação social

Dar continuidade

Subvenção aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, com baixos rendimentos

Atribuição de montante até 5.000 patacas/mês

Projecto de Serviço sobre a Vida Positiva e Plano de Apoio Comunitário ao Emprego

Dar continuidade



Portadores de deficiência

Subsídio de Invalidez

8.000 patacas/ano (normal)
16.000 patacas/ano (especial)

Subsídio Provisório de Invalidez

3.450 patacas/mês

Portadores de deficiência qualificados que sejam trabalhadores por conta de outrem

Atribuição de subsídio até 5.000 patacas/mês

Empregadores de trabalhadores deficientes

Dedução à colecta do imposto complementar de rendimentos ou do imposto profissional, no valor de 5.000 patacas por cada um desses trabalhadores contratados



Trabalhador / grupo social com rendimentos médios

Imposto Profissional

Manutenção da redução de 30%, com o limite de isenção em 144.000 patacas

Devolução do imposto

Devolução de 60% do imposto profissional do corrente ano aos residentes de Macau que efectuaram o pagamento do imposto, com o limite máximo de devolução de 14.000 patacas ↑ (o montante em causa será devolvido em 2019)



Agentes dos sectores industrial e comercial e outros beneficiários

Manutenção do valor da matéria colectável a beneficiar da isenção do imposto complementar sobre rendimentos em 600.000 patacas

Dar continuidade à isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguros, incluindo o seguro de vida e do imposto do selo sobre operações bancárias

Isenção da taxa da licença de reclames e tabuletas das unidades comerciais, e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração

Isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões

Isenção do pagamento do imposto do selo sobre leilões ↑



Medidas de apoio urgente e tratamento após a ocorrência do tufão

Redução do Imposto sobre Veículos Motorizados, calculada proporcionalmente de acordo com o limite máximo, destinada aos proprietários de veículos destruídos pela passagem do tufão "Hato" que optem por adquirir viaturas novas - prevê-se reduções de imposto na ordem dos 227 milhões de patacas

Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2018

Síntese

Continuidade do aperfeiçoamento dos cinco mecanismos eficientes de longo prazo relacionados com a vida dos cidadãos

Cidade com condições ideais de habitabilidade

- Início dos trabalhos de elaboração do projecto do plano director urbanístico
- Conclusão da elaboração do «Plano de aproveitamento e desenvolvimento das zonas marítimas da Região Administrativa Especial de Macau a médio e longo prazo (2016 - 2036)»



Trabalhos do projecto de habitação pública «pós 19 mil»

Zona A dos Novos Aterros	Construção de um total de 28.000 fracções de habitação pública, em 4 fases
Avenida Wai Long na Taipa	Encontra-se em elaboração o projecto da planta de condições urbanísticas relativo às 7.000 fracções da 1.ª fase
Terreno da antiga Central Térmica	Construção prevista de cerca de 6.500 fracções de habitação pública
Terreno situado a oeste do Cotai, na Avenida dos Jogos Olímpicos da Ásia Oriental	Construção prevista de cerca de 2.000 fracções de habitação pública

- Abertura de um novo concurso de habitação social e eventual abertura de concurso para a aquisição de habitações económicas dentro de dois anos
- Instalação de um complexo de trânsito e de apoio social junto das habitações públicas de Seac Pai Van
- Aceleração da apreciação e aprovação dos projectos de edifícios privados destinados à habitação

Cidade saudável e harmonia familiar



- Consolidação da inspecção da segurança alimentar
- Impulsionamento da instituição do «Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde»
- Entrada em funcionamento do Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde
- Aumento do número de vagas nos serviços de cuidado diurno para doentes com demência
- Lançamento do plano para idosos junto das empresas sociais
- Divulgação e execução das «Normas arquitectónicas para a concepção de *design* universal e livre de barreiras na RAEM»
- Lançamento do «plano de apoio à mobilidade dos residentes em prédios antigos com dificuldades de deslocação»
- Aumento para um total de 2.300 vagas nos lares de idosos
- Ênfase à educação e aos serviços médicos prestados a crianças com necessidades especiais
- Aumento para um total de 11 mil vagas nas creches

Prosperidade de Macau através da educação e construção de Macau através da formação de talentos



- Entrada em vigor do «Regime do ensino superior» no próximo ano
- Concretização do «Programa de Estímulo à Formação e aos Exames de Credenciação dos Quadros Qualificados»
- Lançamento do programa de visitas de jovens para a promoção do conhecimento da realidade nacional, do programa de empreendedorismo e inovação juvenil na Grande Baía e do programa de jovens dedicados ao combate à pobreza, entre outros
- Reforço da formação de talentos profissionais do sector tecnológico e de quadros qualificados em língua portuguesa
- Transformação de Macau numa base de educação e de formação turística

Aceleração de diversas construções urbanas

Mecanismos de emergência e segurança pública



- Criação de um mecanismo eficiente de longo prazo para prevenção e redução de desastres
- Criação de um serviço público vocacionado para a protecção civil e coordenação de contingências
- Alteração dos regulamentos administrativos relativos ao sistema de alarme na área de meteorologia
- Aperfeiçoamento das infra-estruturas destinadas à prevenção de cheias e à drenagem da zona do Porto Interior e a abertura prevista de concursos para as obras de construção da nova estação elevatória no primeiro semestre do próximo ano
- Estabelecimento de uma plataforma uniformizada de divulgação de informações
- Início da elaboração do «plano decenal de prevenção e redução de desastres em Macau (2019 - 2028)» no próximo ano
- Reforço da realização de simulacros anti-terroristas

Cidade inteligente



- O centro para computação em nuvem (*Cloud*) e a plataforma de megadados, cujo exclusivo pertencerá ao Governo, deverão estar basicamente concluídos para entrar em funcionamento
- Ampliação da área coberta pelas redes sem fio
- Apoio ao desenvolvimento da plataforma de pagamento electrónico através de uma terceira parte
- Aceleração da elaboração do plano de desenvolvimento a longo prazo para o sector das telecomunicações
- Incentivo à exploração de aplicações para dispositivos móveis inteligentes

Cidade com condições ideais de circulação



- Remodelação, acelerada e integrada, das instalações do Terminal de Autocarros das Portas do Cerco
- Aperfeiçoamento do «Sistema de Gestão e Inspecção das Instalações Rodoviárias»
- Exploração de novos circuitos pedonais
- Entrada ao serviço de 100 táxis especiais a partir do próximo ano
- Criação, com a brevidade possível, de uma operadora responsável pelo funcionamento do sistema do metro ligeiro

Protecção ambiental



- Avanço no plano sobre a 3.ª fase da obra de ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau
- Promoção da optimização e da concepção de infra-estruturas do sistema de tratamento de águas residuais de Macau
- Preparação da construção de instalações de tratamento central de resíduos orgânicos
- Planeamento da replantação e protecção de árvores

Promoção contínua do desenvolvimento estável da economia

Sector do jogo



- Revisão integral dos diplomas legais relacionados com o sector do jogo
- Incentivo às operadoras do jogo para exploração de negócios não ligados ao jogo
- Apoio às operadoras do jogo na aquisição prioritária de bens e serviços às pequenas e médias empresas locais
- Promoção do desenvolvimento interactivo entre as operadoras do jogo, as pequenas e médias empresas locais, os estabelecimentos antigos com características singulares e as empresas dos sectores cultural e criativo, entre outros

Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2018

Síntese

Sector do turismo

- Optimização da fiscalização e da avaliação da capacidade turística
- Desenvolvimento do turismo inteligente
- Exploração e divulgação dos itinerários diversificados multidestinos

Indústrias emergentes



- Realização em Macau de um maior número de convenções e exposições profissionais, internacionais e de marcas
- Atribuição de novos subsídios específicos de apoio às empresas culturais e criativas na criação das suas marcas nas áreas de *design*, moda, espectáculos culturais e imprensa, entre outros
- Aproveitamento conjugado dos recursos técnicos do Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa, com os resultados de estudos científicos originais, para utilização no fabrico de produtos de medicina tradicional chinesa
- Desenvolvimento activo do sector financeiro com características próprias de Macau, privilegiando as actividades de locação financeira e de gestão de fortunas

Pequenas e médias empresas

- Aperfeiçoamento do regime de licenciamento vigente
- Reforço do apoio às lojas tradicionais com características próprias na recriação das suas marcas
- Aperfeiçoamento do «Plano de Apoio a Jovens Empreendedores»

Cidade habitável



- Promoção de acções de formação profissional, diversificada e pragmática, de médio e alto nível
- Apreciação e aprovação, de forma rigorosa e nos termos da lei, dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes
- Acompanhamento da revisão da «Lei das Relações de Trabalho», com prioridade para a licença de paternidade remunerada, a sobreposição dos dias de descanso semanal com os feriados obrigatórios e a compensação dos feriados obrigatórios

Cooperação regional



- Criação de um serviço especializado de coordenação da cooperação regional
- Promoção da função coordenadora da comissão para o desenvolvimento da plataforma entre a China e os países de língua portuguesa
- Articulação das áreas prioritárias de cooperação no âmbito da Grande Baía, e construção de uma base de intercâmbio e de cooperação que tendo a cultura chinesa como dominante, promove a coexistência de diversas culturas
- Facilitação da passagem nas fronteiras

Aprofundamento dos trabalhos de reforma da Administração Pública

- Promoção da 2.ª fase de reorganização de funções dos serviços públicos, que abrangerá dezassete serviços públicos
- Aumento das modalidades de serviços públicos inteiramente efectuados por via electrónica
- Realização de consultas relativas à segunda fase dos trabalhos de revisão do «Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos»
- Optimização do regime de promoção dos trabalhadores da Administração Pública
- Revisão do regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos

Regime jurídico

- Início do processo legislativo de criação de um órgão municipal sem poder político
- Aperfeiçoamento dos organismos consultivos, com vista à sua renovação e ao aumento da participação de quadros profissionais
- Promoção da revisão da «Lei de Bases da Organização Judiciária», do «Código de Processo Civil» e do «Código Penal»

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2018 Proposta	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2018 Proposta
Receita Ordinária Integrada do Governo			
RECEITAS CORRENTES	104,603,955,100.00	RECEITAS DE CAPITAL	3,430,631,300.00
Impostos directos	91,404,437,800.00	Venda de bens de investimento	2,022,778,900.00
Impostos indirectos	4,730,072,200.00	Transferências	-
Taxas, multas e outras penalidades	1,593,248,300.00	Activos financeiros	388,601,900.00
Rendimentos da propriedade	722,487,900.00	Outras receitas de capital	986,917,100.00
Transferências	4,766,744,000.00	Reposições não abatidas nos pagamentos	32,333,400.00
Venda de bens duradouros	2,154,600.00		
Venda de serviços e bens não duradouros	1,266,979,100.00		
Outras receitas correntes	117,831,200.00	Receita Ordinária Integrada do Governo	108,034,586,400.00
Rendimentos dos Organismos Especiais			
Receitas legais e transferências do OR	10,139,762,000.00	Agregado dos Rendimentos dos Organismos Especiais	16,054,304,400.00
Réditos de vendas e de prestações de serviços	467,118,800.00		
Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos	5,352,412,900.00	Ajustamento	4,918,946,800.00
Outros rendimentos	95,010,700.00	Receita Global	119,169,944,000.00
DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2018 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2018 Proposta
Despesa Ordinária Integrada do Governo			
Governo da RAEM	20,520,700.00	Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	89,002,100.00
Gabinete do Chefe do Executivo	307,365,400.00	Polícia Judiciária	1,008,229,100.00
Conselho Executivo	33,444,500.00	Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	361,844,600.00
Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça	39,639,800.00	Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	265,537,200.00
Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	55,034,600.00	Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	485,400,300.00
Gabinete do Secretário para a Segurança	37,917,800.00	Instituto do Desporto	204,421,300.00
Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	86,035,100.00	Instituto Cultural	843,673,400.00
Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	28,215,200.00	Investimentos do Plano	21,148,341,100.00
Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	13,386,600.00	Contas de Ordem - Consignações, Participações e Transferências Orçamentais	4,778,946,800.00
Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	4,919,100.00	Fundo de Acção Social Escolar	394,487,000.00
Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim	22,595,500.00	Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	43,128,100.00
Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	13,217,700.00	Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	2,400,055,600.00
Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	54,202,700.00	Fundo de Turismo	735,450,300.00
Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	65,920,800.00	Instituto de Acção Social	3,579,916,900.00
Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	39,176,600.00	Obra Social da Polícia Judiciária	6,715,000.00
Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	114,389,600.00	Obra Social da Polícia de Segurança Pública	55,983,700.00
Gabinete de Informação Financeira	39,496,800.00	Cofre dos Assuntos de Justiça	220,767,400.00
Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes	601,115,500.00	Imprensa Oficial	138,112,000.00
Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau	51,569,600.00	Fundo Correccional	6,031,100.00
Delegação Económica e Cultural de Macau	16,376,200.00	Instituto de Habitação	476,325,400.00
Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos	76,253,400.00	Autoridade de Aviação Civil	95,917,200.00
Comissão de Desenvolvimento de Talentos	13,450,200.00	Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	689,775,100.00
Comissão de Perícia do Erro Médico	13,426,700.00	Comissariado contra a Corrupção	357,638,700.00
Centro de Mediação de Litígios Médicos	3,207,000.00	Serviços de Saúde	7,565,045,900.00
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	502,134,200.00	Universidade de Macau	2,338,957,600.00
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	6,505,000,100.00	Instituto Politécnico de Macau	855,651,700.00
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	195,121,200.00	Fundo do Desporto	812,929,700.00
Direcção dos Serviços de Finanças	510,184,400.00	Fundo de Cultura	534,350,700.00
Pensões e Reformas	9,321,000.00	Conselho de Consumidores	46,991,700.00
Despesas Comuns	23,014,197,300.00	Instituto de Formação Turística	427,573,800.00
Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	247,819,400.00	Fundo Social da Administração Pública de Macau	50,976,100.00
Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	1,872,906,400.00	Obra Social do Corpo de Bombeiros	7,393,100.00
Direcção dos Serviços de Identificação	346,034,400.00	Comissariado da Auditoria	188,888,900.00
Direcção dos Serviços de Economia	224,321,000.00	Gabinete do Procurador	435,354,300.00
Direcção dos Serviços Correccionais	617,478,000.00	Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	612,074,600.00
Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	941,170,300.00	Assembleia Legislativa	188,227,800.00
Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	119,931,400.00	Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	2,536,659,800.00
Direcção dos Serviços de Turismo	327,908,300.00	Obra Social dos Serviços de Alfândega	3,347,800.00
Gabinete de Comunicação Social	134,119,400.00	Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	228,051,000.00
Serviços de Polícia Unitários	50,482,400.00	Obra Social da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	2,445,000.00
Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	297,723,400.00	Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	90,015,000.00
Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	1,029,153,500.00	Fundo de Reparação Predial	73,624,200.00
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	5,264,742,000.00	Fundo de Desenvolvimento Educativo	817,399,400.00
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	493,038,000.00	Fundo dos Pandas	7,390,800.00
Conselho dos Magistrados Judiciais	613,300.00	Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética	37,316,800.00
		Fundo das Indústrias Culturais	222,893,500.00
		Fundo de Garantia de Créditos Laborais	188,003,600.00
		Despesa Ordinária Integrada do Governo	101,111,538,700.00
Gastos dos Organismos Especiais			
Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações	584,275,000.00	Fundação Macau	2,886,240,000.00
Caixa Económica Postal	44,359,000.00	Fundo de Garantia de Depósitos	3,125,000.00
Fundo de Pensões	2,446,425,900.00		
Fundo de Segurança Social	4,758,192,700.00	Agregado dos Gastos dos Organismos Especiais	13,419,838,600.00
Autoridade Monetária de Macau	2,688,937,000.00	Ajustamento	4,918,946,800.00
Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	8,284,000.00	Despesa Global	109,612,430,500.00
Saldo Orçamental e Resultado do Exercício			
Saldo do Orçamento Central	6,923,047,700.00	Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	9,557,513,500.00
Resultado do Exercício dos Organismos Especiais	2,634,465,800.00	Despesa Global e Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	119,169,944,000.00

Prioridades da acção governativa das diversas áreas

Administração e Justiça

Iremos continuar, na área da Administração e Justiça, a concretizar com seriedade o princípio “Um País, dois sistemas” e a articularmo-nos com o desenvolvimento do Governo da RAEM na criação de “Um Centro”, “Uma Plataforma” e “Uma Base”, bem como estaremos em consonância com a construção do “13.º Plano Quinquenal” e de “Uma Faixa, Uma Rota” do país, aproveitando as oportunidades de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e continuando a dar ênfase às reformas da administração pública e do regime jurídico, em prol da melhoria das condições da vida da população, com vista a promover a construção de um Governo íntegro e com elevada eficácia, ergindo uma cidade à beira-mar com condições ideais de vida a nível internacional.

Administração Pública

- Dar continuidade à implementação da segunda fase de reorganização de funções e estruturas, elaborar a proposta de criação de órgãos municipais sem poder político e iniciar o respectivo processo legislativo, optimizando-se progressivamente o sistema consultivo;
- Esforçar-se no desenvolvimento global do Governo Electrónico, aperfeiçoando os procedimentos de prestação de serviços, o sistema de gestão do Governo Electrónico e respectivas infra-estruturas, de modo a elevar a eficácia do funcionamento da Administração Pública;
- Promover o aperfeiçoamento gradual do regime da função pública, reforçando o conhecimento dos trabalhadores dos serviços públicos sobre as regras de direito e a situação nacional, e sua capacidade de resposta perante situações inesperadas, para que possam colaborar nos diversos planos de acção governativa desenvolvidos pelo Governo da RAEM e na concretização eficaz dos objectivos definidos;
- Implementar a avaliação periódica do desempenho, cabendo a uma entidade académica independente proceder constantemente à avaliação da qualidade dos serviços prestados;
- Promover ordenadamente os trabalhos de publicitação dos dados do Governo, em articulação com a aplicação de megadados e a criação de uma cidade inteligente, de forma a reforçar as capacidades de funcionamento do Centro de Dados do Governo;
- Acompanhar as diversas tarefas posteriores às eleições para a Assembleia Legislativa de 2017, procedendo-se ao estudo do aperfeiçoamento do sistema de recenseamento eleitoral, articulando-o com os diversos meios de divulgação, no sentido de permitir aos cidadãos melhor conhecer e participar nos assuntos eleitorais da RAEM.



Os cidadãos participam de forma ordenada nas eleições para a VI Assembleia Legislativa

Justiça

- Cumprir escrupulosamente o mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa e fiscalizar plenamente o progresso dos planos legislativos anuais, acompanhando a aplicação dos diplomas legais para garantir a promoção favorável dos projectos legislativos;
- Promover as acções legislativas, incluindo a da criação dos órgãos municipais sem poder político, e a revisão dos grandes Códigos, bem como prosseguir com os trabalhos de recensão e adaptação legislativa;
- Reforçar a cooperação com as associações cívicas para promover, de forma estável e através de meios diversos e formas inovadoras e abundantes, os trabalhos de promoção e divulgação jurídica, aprofundando os conhecimentos dos cidadãos sobre “Um País, dois sistemas”, a Constituição e a Lei Básica;
- Intensificar o desenvolvimento da cooperação judiciária com os países lusófonos e os países e regiões localizados ao longo do percurso “Uma Faixa, Uma Rota”, dando início ao estudo da coordenação e integração dos sistemas de administração, dos regimes jurídicos e de cooperação judicial de Guangdong, Hong Kong e Macau, de acordo com o Planeamento e Construção da Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, definido pelo Governo Popular Central.

Assuntos Cívicos e Municipais

- Reforçar o mecanismo de supervisão de produtos alimentares, definir as normas e orientações sobre segurança alimentar, promover a educação sobre a segurança e os riscos alimentares e fomentar a cooperação regional na área da segurança alimentar, de modo a garantir, a diversos níveis, a segurança alimentar e saúde dos cidadãos;
- Definir planos de recuperação dos espaços verdes a curto, médio e longo prazo, continuar a melhorar o sistema de drenagem da cidade, concretizando a construção da drenagem de águas pluviais e a estação elevatória de águas pluviais no Porto Interior;
- Continuar a otimizar as funções e a distribuição de serviços comunitários, promover instalações cívicas e municipais inteligentes, aperfeiçoar as instalações cívicas e municipais e expandir os serviços cívicos, construindo bairros comunitários harmoniosos.

Economia e Finanças

Foi registado um ajustamento relativamente profundo na economia local, mantendo, no entanto, uma contínua estabilidade da sua situação económica, beneficiada pelo aumento da procura interna e externa. Tendo embora sido verificados substanciais danos provocados pela passagem do tufão “Hato”, o sector comercial e a população afectados têm vindo a recuperar de forma ordenada, graças aos esforços conjuntos desencadeados pelos diferentes sectores da sociedade local, assegurando a estabilidade e equilíbrio da economia global do território. Continuar a tomar consciência de eventuais riscos, dando mais valor aos frutos do desenvolvimento alcançado, acelerando a construção de “Um Centro, uma Plataforma”, promovendo a diversificação adequada da economia local em prol do sector empresarial e da população, particularmente das micro, pequenas e médias empresas, profissionais especializados e jovens, proporcionando-lhes espaços de desenvolvimento de melhor qualidade, usufruindo, em conjunto, dos frutos resultantes do desenvolvimento económico.

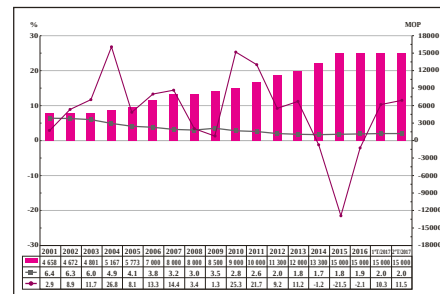
Consolidação das bases económicas e aumento da força dinâmica do desenvolvimento

- Implementar as políticas nacionais e o Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, participando activamente na construção da “Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, dando apoio aos trabalhos de construção de “Uma Faixa, Uma Rota”, fomentando a aceleração do estabelecimento de “Um Centro, Uma Plataforma”.
- Acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, com ênfase na promoção do desenvolvimento das indústrias emergentes, nomeadamente das convenções e exposições, da medicina tradicional chinesa e das actividades financeiras com características próprias, etc.
- Aprofundar continuamente as medidas de fiscalização do sector de jogo, mantendo-se firme na observância da estratégia da “dimensão adequada, gestão regulamentada e desenvolvimento sustentável” traçada para o sector.
- Apoiar, em conjugação com a actualização do Acordo CEPA, a valorização e reconversão da indústria transformadora, elevando a qualidade do seu desenvolvimento.

- Consolidar a construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, aproveitando as oportunidades derivadas da mudança para Macau da sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa, e criando o “Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”.

Promoção do desenvolvimento da exploração comercial e garantia do emprego e da qualidade de vida da população

- Aperfeiçoar a formação profissional, criando um ambiente de emprego mais diversificado e elevando a respectiva qualidade.
- Melhorar a gestão dos trabalhadores não residentes, intensificando a fiscalização da segurança e saúde ocupacional e protegendo os interesses e direitos de trabalho.
- Apoiar as micro, pequenas e médias empresas na melhoeia da qualidade do seu desenvolvimento, incentivando a aquisição, por parte das grandes empresas, dos bens e serviços prestados pelas empresas locais e dinamizando a economia dos bairros comunitários.
- Encorajar os jovens a reforçarem a sua competitividade em termos de emprego e empreendedorismo, aproveitando as oportunidades de desenvolvimento.
- Empenhar-se na manutenção da segurança e estabilidade do sistema financeiro através do reforço da inspecção baseada no risco e do aperfeiçoamento da constituição dos regimes jurídicos relevantes.
- Melhorar a administração das finanças públicas, em articulação com a entrada em vigor da nova “Lei do Enquadramento Orçamental”.
- Estabilizar os preços dos produtos, protegendo os interesses e direitos dos consumidores.



Taxa de crescimento real do PIB, taxa de desemprego e mediana do rendimento mensal do emprego (2001-2017)

Segurança

Tendo em conta as tendências de segurança interna e externa de Macau, as autoridades de segurança propõem-se estudar a criação de um sistema de “policimento inteligente”, estabelecendo uma estratégia mais prospectiva, melhorando e inovando todos os regimes, optimizando o dispositivo e a gestão de execução da lei, aprofundando a cooperação regional, reforçando a interação entre polícia e população e promovendo a implementação da cultura policial, com vista a concretizar gradualmente o objectivo da criação duma “cidade segura”.

Aplicação da tecnologia e aposta na estratégia da execução activa

- Iniciar a aplicação do projecto de megadados, construir um modelo de policimento inteligente de Macau, elevar as acções de execução da lei.
- Criar uma unidade específica de anti-terrorismo com vista a aperfeiçoar o respectivo sistema a fim de providenciar o alerta e a prevenção de terrorismo.

Revisão plena e reforma na estrutura de operações de protecção civil

- Criar a Direcção de Protecção Civil e de Coordenação de Contingência, reforçando a capacidade de resposta.
- Melhorar as medidas de contingência, de implementação e de cooperação, em caso de catástrofe e, bem assim, reforçar a noção de risco.

Aperfeiçoamento da disposição e melhoria da eficácia do trabalho de execução da lei

- Reforçar a cooperação entre diversos serviços, combatendo crimes graves e novos tipos de crime.
- Promover uma prevenção total, salvaguardando a segurança da sociedade.

Promover a inovação, aperfeiçoando um conjunto de regimes jurídicos

- Promover a conclusão do projecto de revisão do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau.
- Criar e aperfeiçoar os regimes jurídicos de cibersegurança, providenciando a criação do regime de segurança de substâncias perigosas.

Reforço no âmbito da gestão, promovendo a cultura de polícia moderna

- Aperfeiçoar os novos modelos de trabalho policial, mantendo de modo contínuo o cumprimento rigoroso da disciplina das corporações.
- Reforçar o regime de uma gestão rigorosa, introduzindo uma cultura de empreendedorismo saudável.

Estabelecimento de um novo modelo de cooperação, promovendo uma relação integrada

- Promover um novo modelo de cooperação policial, combatendo todos os tipos de crime transfronteiriço.
- Reforçar acção de divulgação diversificada, reunindo as sinergias entre polícia e cidadão.

Passagem fronteiriça tecnológica, optimização da imagem turística

- Implementar um novo modelo de passagem fronteiriça, aperfeiçoando o funcionamento dos sistemas de redundância para garantir a capacidade de carga e a capacidade de respostas.
- Estabelecer uma gestão inteligente na área marítima e preparar a criação do grupo marítimo de reacção rápida para incrementar a capacidade de execução da lei no mar.

Promoção da reinserção social, criação de um novo modelo correccional

- Aproveitar as sinergias da sociedade quanto ao reforço de reinserção social.
- Incrementar os meios tecnológicos, fortalecendo a capacidade de gestão e controlo no estabelecimento prisional.

Assumir a responsabilidade, articulando os trabalhos educativos dos jovens

- Aproveitar as sinergias comunitárias, cultivando a prevenção e a repressão da criminalidade.
- Desenvolver a relação de cooperação entre serviços, elevando os resultados educacionais dos jovens.



Em desenvolvimento a criação da Direcção de Protecção civil e de Coordenação de Contingência (DPCCC), promovendo a colaboração integral da sociedade na prevenção e resposta às catástrofes

Prioridades da acção governativa das diversas áreas

Assuntos Sociais e Cultura

A equipa da secretaria para os assuntos sociais e cultura vai envidar todo o esforço para conseguir “conhecer as necessidades da população, resolver as suas preocupações e atenuar as suas dificuldades”, considerando como prioritário, sempre, a segurança da vida dos residentes, tomar as precauções necessárias para fazer face a diversos tipos de riscos, de forma a que as políticas sociais, regalias e medidas de bem-estar, em benefício da qualidade de vida da população, sejam incrementadas e optimizadas.

Saúde

- Prioridade aos serviços de cuidados médicos destinados a grupos específicos, aperfeiçoamento do mecanismo de contingência na área de prevenção e controlo de doenças, garantia de segurança e saúde dos residentes, fortalecimento da manutenção da saúde e de tratamento da doença, aperfeiçoamento dos diversos serviços médicos, promoção da medicina inteligente e construção de um lar feliz e sadio.



Sob o tema “Macau – um lar feliz e sadio”, o Governo da RAEM promove uma série de actividades e envia esforços para transformar Macau numa cidade saudável.

Educação e Juventude

- Definido o Regime do Ensino Superior, aperfeiçoamento das orientações de avaliação, garantia da qualidade do ensino superior, promoção de uma base de formação para os quadros qualificados bilingues em línguas chinesa e portuguesa e de uma base de educação e formação turística, implementação do Planeamento Decenal do Ensino, promoção da elaboração de materiais didácticos, constituição de uma plataforma de estudos educativos, optimização do ambiente educativo, promoção do desenvolvimento da educação moral e cívica, implementação do “Plano de visitas de compromisso conjunto” e aprofundamento das experiências sobre o sentimento de amor pela Pátria e por Macau.

Acção Social e Segurança Social

- Aumento da eficiência da cooperação a nível comunitário, promoção de uma relação harmoniosa no seio familiar, planeamento para a optimização dos serviços de apoio a crianças, promoção de uma relação harmoniosa entre pais e filhos, implementação das medidas intercalares de reabilitação e de apoio aos idosos, reforço dos serviços prestados aos doentes com demência, reforço do tratamento precoce e apoio domiciliário, aumento da profissionalização do sector e optimização do regime de financiamento, aperfeiçoamento do mecanismo de resposta a calamidades, promoção e implementação do “Regime de previdência central não obrigatória”.

Turismo, Cultura e Desporto

- Reforço de sinergias entre as áreas do turismo, cultura e desporto, realização dos diversos eventos artístico-culturais e acontecimentos desportivos de grande envergadura, introdução dos elementos culturais e criativos na promoção dos produtos de cultura, desporto e gastronomia, empenhado em transformar Macau numa “capital de festividades” e na criação do Centro de Intercâmbio Cultural Sino-Lusófono, desenvolvimento do turismo inteligente, optimização do ambiente turístico, promoção de uma comunidade cultural, promoção para transformar Macau num destino turístico a nível internacional e criação de condições ideais de vida, de trabalho, de mobilidade, de entretenimento e para viajar.

Transportes e Obras Públicas

Melhorar a qualidade de vida da população e qualificar a área urbana da Região Administrativa Especial de Macau, tendo em conta o seu posicionamento estratégico como Centro Mundial de Turismo e Lazer, são as metas deste Governo que têm orientado e continuarão a orientar a acção governativa da tutela dos Transportes e Obras Públicas.

Planeamento urbanístico

- Conclusão da adjudicação para a elaboração do Plano Director de Macau;
- Procurar iniciar as obras da quarta ligação Macau – Taipa;
- Criação da empresa de capitais públicos para a promoção dos trabalhos de renovação urbana.

Infra-estruturas

- Criação da empresa de exploração do Metro Ligeiro;
- Promoção dos trabalhos para a construção da comporta do Porto Interior;
- Promoção das obras de construção da quarta conduta de abastecimento de água a Macau (segmento de Macau).



Zona de Administração no Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau

Transportes

- Trabalhos para a renovação dos contratos com as três companhias de autocarros;
- Lançamento dos concursos públicos das licenças de 100 táxis normais e 100 táxis especiais;
- Conclusão da substituição de todos os parquímetros de Macau.

Habitação

- Acompanhamento do projecto de revisão do Regime Jurídico de Habitação Económica, procurando submetê-lo para apreciação da Assembleia Legislativa;
- Atribuição antecipada ou venda de fracções de diferentes tipologias aos candidatos de habitação económica que preencham os requisitos e acompanhamento dos trabalhos de ocupação das fracções do Edifício do Bairro da Ilha Verde, Edifício Cheng Tou, Edifício Fai Ieng e Edifício Iat Fai;
- Acompanhamento dos trabalhos de apreciação dos pedidos do novo concurso para atribuição de habitação social e publicação da lista definitiva dos candidatos.

Protecção ambiental

- Conclusão do Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau e do Estudo de Avaliação do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau;
- Início das obras de melhoria das características geotécnicas do Aterro para Resíduos de Materiais de Construção, no âmbito do projecto relativo ao tratamento dos materiais inertes resultantes de demolições e construções;
- Procurar lançar o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos para o Sector de Recolha de Resíduos.

Comissariado contra a Corrupção

Em 2018, o CCAC irá continuar a combater a corrupção com firmeza e a aperfeiçoar as acções no âmbito da provedoria de justiça, e reforçar os esforços na implementação do “Plano de Construção Conjunta da Integridade”.

No âmbito do combate à corrupção

- Continuar a empenhar-se no combate a todos os tipos de crime de corrupção e uma atenção particular será dada aos actos de corrupção que poderão surgir relacionados com os projectos que envolvem interesses relevantes da sociedade de Macau, no sentido de concretizar activamente o objectivo claro do combate à corrupção e da promoção da integridade.
- Proceder a um balanço das experiências adquiridas e dos resultados alcançados nos trabalhos de execução da lei, bem como das dificuldades reais enfrentadas, relativamente às eleições para a 6.ª Assembleia Legislativa, com o objectivo de lançar uma base mais sólida para o aperfeiçoamento dos trabalhos relativos à execução da lei no combate à corrupção eleitoral face a futuras conjunturas que estarão sempre em constante mudança e desenvolvimento.
- Incrementar ao nível dos diversos tipos de equipamentos e apoio técnico, bem como uma distribuição dos recursos mais flexível. Também os recursos tecnológicos serão constantemente actualizados, na área dos trabalhos de investigação no âmbito do combate à corrupção, para fazer face a crimes de corrupção que se vêm tornando cada vez mais “inteligentes” e dissimulados.
- Procurar elevar a capacidade profissional, a responsabilização, bem como as regalias e benefícios da equipa do combate à corrupção. Serão reforçados os conhecimentos do pessoal nos âmbitos da informática forense, das técnicas de investigação criminal e na área jurídica, bem como da sua aplicação, no sentido de aumentar globalmente os níveis de desempenho do pessoal na execução da lei.
- Reforçar a ligação estreita e a cooperação efectiva com as autoridades da área da segurança e os agentes de autoridade dos países e regiões vizinhos, para o incremento do esforço conjunto no combate a crimes de corrupção transfronteiriços.

No âmbito da provedoria de justiça

- Instaurar, por iniciativa própria, inquéritos sobre questões relacionadas com a administração pública e os serviços públicos e que têm sido alvo da atenção particular da população, propondo sempre que necessário a introdução de melhorias.
- Promover o “Plano de Construção Conjunta da Integridade” com a colaboração dos serviços públicos com vista à prevenção de crimes funcionais e da prática de ilegalidades administrativas.
- Transmitir aos trabalhadores de entidades privadas conhecimentos sobre a importância de uma gestão honesta e íntegra, recorrendo à realização de palestras e outros meios.
- Aperfeiçoar gestão interna, optimizando a qualidade das acções de provedoria de justiça, por forma a corresponder às expectativas dos residentes de forma eficaz.

No âmbito da sensibilização e das relações comunitárias

- Continuar a realizar as acções de sensibilização para a integridade para os trabalhadores da função pública, fortalecendo a sua consciência de autodisciplina e do cumprimento da lei.
- Reforçar a divulgação sobre a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, promovendo uma gestão honesta neste sector.
- Realizar as acções de sensibilização para a integridade através das novas redes sociais e da plataforma na Internet, no sentido de facilitar a recepção de mensagens relativas à integridade por parte dos cidadãos.
- Aproveitar adequadamente as vantagens das Delegações para alargar o conjunto de relações comunitárias, procurando o apoio e a participação dos diversos sectores da sociedade na construção de uma sociedade íntegra.

Comissariado da Auditoria

Em 2018, o CA continuará a prosseguir as suas actividades sob os princípios de objectividade, imparcialidade e pragmatismo, executando as acções de auditoria dentro do enquadramento legal e institucional definidos com vista à detecção de problemas. Tendo como principais objectivos promover a implementação de políticas públicas e identificar situações de desperdício e afectação indevida dos recursos públicos, o CA irá redobrar esforços para cumprir com maior eficácia a função de fiscalização que lhe compete.

Auditoria financeira e auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação

- Com a nova Lei do enquadramento orçamental, o CA irá efectuar as devidas diligências para assegurar a transição do actual regime orçamental para o novo regime, acompanhando de perto os trabalhos regulares de auditoria às contas. Baseada na experiência acumulada, o CA vai planear a próxima fase de desenvolvimento do Programa Informático de Auditoria in loco, bem como estudar metodologias para tratamento de um volume considerável de dados com vista a apoiar os trabalhos de auditoria de resultados.

Auditorias de resultados, específicas e concomitantes

- O CA vai reforçar o planeamento dos diferentes tipos de projectos, centrando a atenção numa planificação integral das actividades para melhor afectação de recursos de auditoria, procurando ainda realização de projectos que facilitem o Governo na prevenção de riscos, na promoção do desenvolvimento e na implementação das políticas públicas.

Formação de pessoal

- Para responder às necessidades decorrentes de tarefas prioritárias de auditoria, o CA continuará a valorizar a aprendizagem e incentivar a formação contínua, a organizar cursos de formação apropriados para elevar o desempenho técnico das equipas de auditoria.

Gestão interna

- O CA vai continuar a implementar e aperfeiçoar os procedimentos padronizados de gestão para assegurar um funcionamento eficaz do mecanismo de comunicação interno, assim como rever sistematicamente o funcionamento administrativo, procedendo subsequentemente à afectação adequada de tarefas e dos recursos existentes.

Intercâmbio internacional

- O CA vai continuar a estreitar o relacionamento com o Gabinete de Auditoria Nacional, a Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria, a Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia e a Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Cultura de auditoria

- O CA vai continuar a realizar palestras e workshops sobre a cultura de auditoria para que os trabalhadores dos serviços públicos conheçam melhor os trabalhos de auditoria pública e o papel da auditoria na prevenção da ocorrência de problemas graves.

Opiniões dos cidadãos

- O CA mantém sempre uma linha telefónica e uma caixa de correio electrónico exclusivas para recolher as opiniões dos cidadãos sobre a qualidade dos serviços prestados pelos serviços e organismos públicos. As opiniões recebidas são acompanhadas pelo CA ou encaminhadas para tratamento dos serviços públicos envolvidos, contribuindo assim para o aperfeiçoamento da qualidade do serviço prestado.